

Alvinópolis-MG, 14 de Setembro de 2016.

À Comissão Permanente de Licitação
Sobre o Edital Tomada de Preços 02/2016
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Recebido em
20/09/16

Alexandre Augusto Prado da Silva
Administrador
Siape: 4898566/UFRJ

Ref.: Recurso quanto a Decisão de Inabilitação no Certame

A empresa **WMC Engenharia, Projetos e Construções LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 17.121.323/0001-36, com sede na Praça São Sebastião 32 Centro Alvinópolis-MG, através do seu representante legal Sr. Wesley Mervile Silva, portador(a) do Documento de Identidade nº 7562355 e do CPF nº 045961946-29, em face da decisão proferida por esta ilustre Comissão que a considerou inabilitada na Tomada de Preços 02/2016, o que faz com fulcro no art. 109 da Lei 8666/93, e de acordo com os fundamentos adiante aduzidos:

1. Insurge-se a ora Recorrente em face da decisão exarada por esta ilustre Comissão de Licitações que a considerou inabilitada no procedimento licitatório regido pelo Edital Tomada de Preços 02/2016, cujo objeto é a Contratação de Empresa especializada para a elaboração de projeto básico e complementares com memórias de cálculos, planilhas orçamentária e especificações para a ampliação do IMA-UFRJ.
2. Para fundamentar a desclassificação da Recorrente, sustentou esta comissão na Ata de julgamento da proposta comercial, lavrada em 13/09/2016, que a mesma não teria apresentado o documento 7.3.1.5 do edital, que trata do Ato Constitutivo no Registro Civil.
 - 2.1. A empresa alega que a Habilitação Jurídica da empresa foi comprovada mediante a apresentação do Contrato Social, como informado no item 7.3.1.2.
3. Além disso, para fundamentar-se a desclassificação da Recorrente, sustentou esta comissão na Ata de julgamento da proposta comercial, lavrada em 13/09/2016, que a mesma não teria apresentado o documento 7.3.4.1 do edital, que trata da Certidão Cível de Falência e Concordata.
 - 3.1. A empresa alega que o item foi atendido, conforme Certidão Cível Negativa apresentada, estando locada no tópico 3.1 – Certidão de Falência da brochura encaminhada para habilitação, devidamente numerada, na página 23.
4. Todavia, consoante será demonstrado a seguir, com a devida vênia, não só se mostra indevida a inabilitação da Recorrente;

Dos motivos que inquinam de ilegalidade a decisão da recorrida que inabilitou a Recorrente:

Handwritten mark

5. Justifica-se que a Certidão de Falência, hoje é emitido de forma eletrônica no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Sendo este o que ratifica a situação da empresa junto aos órgãos de justiça em Minas Gerais em todos os processos Cíveis.
- 5.1. Em tempos remotos, as certidões emitidas no estado de Minas Gerais eram expedidas apenas **presencialmente** junto ao Fórum da comarca. Este documento era nomeado por "Certidão Cível Negativa – Pessoa Jurídica – Específica por Ação". Um documento ilustrativo, emitido presencialmente, já vencido, encontra-se anexado a este documento para esclarecer possíveis dúvidas.
- 5.2. Com a informatização dos sistemas, tal certidão passou a ser emitida de forma eletrônica, diretamente no site do TJMG, devido a facilidade na emissão e conferência por parte dos interessados. Tal certidão foi renomeada para "Certidão Cível Negativa".
- 5.3. Esta informatização está de acordo com o disposto na Resolução 121/2010 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça, que determinou a informatização dos sistemas e emissões de certidões. No caso da Certidão Cível Negativa, ela possui função ampla de comprovar quaisquer atos contra a empresa, incluindo a sua falência, recuperação judicial e concordata.
- 5.4. Isto porque, a Ação de Falência, Concordata e Recuperação Judicial possui natureza Cível, conforme entendimento fundamentado na Lei 11.101/1995, recorrente da Lei 7.661/1945, sendo, respectivamente, a atual e a antiga Lei das Falências.
- 5.5. O art. 189 da Lei 11.101/1995 – Lei das Falências em vigência, indica a natureza Cível do imbrólio, aplicando o Código de Processo Civil (Decreto-Lei 13.105/2015) nos atos que envolvam falência, concordata e recuperação judicial. Pode-se aprofundar mais a natureza Cível, na Lei que regula este Código.
- 5.6. Ou seja, a inexistência de processos judiciais **Cíveis**, junto ao Tribunal de Justiça da Sede da Recorrente, inquina na ausência de processos de falência. Ao passo que, a existência de processos cíveis de outra natureza, desde que não sejam de falência ou concordata. Neste casos, existindo processos de natureza cível deve o particular demonstrar que não se tratam de processos de falência ou concordata, obtendo junto ao Tribunal da Sede a Certidão Específica.
- 5.7. Com isto, fundamenta-se a abrangência e validade da Certidão Negativa Cível apresentada no certame, com o Certidão de Falência. Podendo esta, ter sua validade verificada on-line.
- 5.8. No caso de Micro ou Pequenas Empresas, a comissão de licitação ou o pregoeiro tem plenos poderes em diligenciar acerca da questão. Como tal, a Certidão Judicial Cível, emitida eletronicamente, assemelha-se à emitida pela Receita Federal, que tem função conjunta de comprovar a regularidade junto ao INSS e aos impostos da própria.

- 5.9. Portanto, conclui-se que, a simples alteração do nome da certidão não permite a Administração Pública inabilitar a empresa Recorrente, pois o conteúdo da declaração emanada continua inalterado.
6. Os documentos citados em ATA do dia 13/09/2016 e neste documento, foram devidamente anexados a este Recurso, como forma de esclarecer dúvidas e mostrar que a empresa possui razão no questionamento.
7. Sites sugeridos para consulta:
<http://www.rsmconsult.com.br/artigos/cade-a-certidao-de-falencias-e-concordatas-que-estava-aqui/>

<http://www.siprocfcmg.org.br/ver-noticia/certidao-judicial-negativa-ja-pode-ser-emitida-pela-internet-/1524>

<http://www.tjmg.jus.br/portal/imprensa/informes/tj-implanta-sistema-para-emissao-de-certidao-negativa-pela-internet.htm>
8. Com efeito, não há dúvidas que a decisão adotada foi arbitrária e equivocada, com vista aos fatos expostos.

Logo, a empresa WMC Engenharia, Projetos e Construções LTDA, buscando a isonomia e a concorrência leal, respeitosamente, vem requerer à Comissão Permanente de Licitação a sua **HABILITAÇÃO** para a fase de abertura das propostas de preço, pois apresentou todos os documentos solicitados, durante a fase de Habilitação. Estes, por sua vez encontram-se listados e devidamente numerados, incluindo os que foram mencionados em ATA do dia 13/09/2016. Assim sendo, solicita-se a **retificação da decisão** de forma a ampliar a concorrência em benefício a Administração Pública.

Atenciosamente

Wesley Mervile Silva

Wesley Mervile Silva

CPF: 045.961.946-29 RG: 7.562.355

Sócio Administrador

WMC ENGENHARIA, PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 17.121.323/0001-36



[Handwritten signature]



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TJMG - COMARCA DE ALVINÓPOLIS

FL(s). 001 de 001

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - ESPECÍFICA POR AÇÃO - FALÊNCIA E CONCORDATA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de CONCORDATA PREVENTIVA, CONCORDATA SUSPENSIVA, FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESARIAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL NADA CONSTA em tramitação contra:

WMC ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME
ENDEREÇO: Praça SÃO SEBASTIÃO 32 CENTRO
ALVINÓPOLIS/MG CEP:35950000

A PRESENTE CERTIDÃO NÃO EXCLUI A POSSIBILIDADE DA EXISTÊNCIA DE OUTRAS AÇÕES DE NATUREZA DIVERSA DAQUELAS AQUI MENCIONADAS.

ALVINÓPOLIS, 30 de JUNHO de 2016 - 16:23:21

VALÉRIA FRAGA MIRANDA WARD DE PAIVA
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. A informação dos dados do endereço é de responsabilidade do solicitante da presente certidão.

ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM JUIZ ORLANDO DE SOUZA

R. MONSENHOR BICALHO S/Nº BAIRRO: CENTRO CEP: 35950000

ALVINÓPOLIS - MINAS GERAIS



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Alvinópolis

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

CERTIFICO que, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca de Alvinópolis, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Pessoa Jurídica: WMC ENGENHARIA, PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 17.121.323/0001-36

Endereço: Praça São Sebastião 32 - Centro - CEP 35950-000 - Alvinópolis, Minas Gerais

Alvinópolis (MG), 06 de Agosto de 2016, às 15:20:21 horas.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum e do Juizado Especial.

Código de Autenticação: FE31-EDE3-E31F-7C42

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Endereço: Fórum Juiz Orlando De Souza: R Monsenhor Bicalho, S/n - Centro - Alvinópolis - CEP 35.950-000